

REINO DO NDONGO: CULTURAS E DINÂMICAS SOCIAIS MÚLTIPLAS

KINGDOM OF NDONGO: CULTURES AND MULTIPLE SOCIAL DYNAMICS

BRUNO SILVA COSTA*

RITA DE CÁSSIA BIANCHI PEREIRA**

Resumo: A crescente valorização da história da África, sobretudo após a aprovação da lei 10.639/03,—que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas em todos os níveis da Educação Básica—, propõe novos olhares e abordagens sobre o continente africano e a historicidade do povo negro. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar as dinâmicas políticas e sociais do reino do Ndongo, atual país de Angola, como forma de desmontar prenoções e preconceitos em relação à organização dessas sociedades antes da chegada dos portugueses em idos do século XVI.

Palavras-chaves: Reino do Ndongo, dinâmicas sociais, sociedades africanas.

Abstract: The growing appreciation of Africa's history, especially after the approval of the law 10,639/03, – that made mandatory the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in schools at all levels of basic education –, proposes new perspectives and approaches on the African continent and the historicity of the black people. In this sense, this paper seeks to analyse the political and social dynamics of the Kingdom of Ndongo, current country of Angola, as a way to disassemble prenotions and prejudices about the organization of these societies before the arrival of the portuguese in the early 16th century.

Keywords: Kingdom of Ndongo, social dynamics, African societies.

Artigo recebido em 18 de março de 2018 e aprovado para publicação em 22 de abril de 2018.

* Pós-graduando em História e Cultura no Brasil Contemporâneo pela Universidade Federal de Juiz de Fora — UFJF. (Email: brunosilvacosta152@gmail.com).

** Licenciada em História pela Universidade Católica de Santos — UniSantos. (Email: ritabianchi_27@hotmail.com).

As sociedades da África Centro-Occidental conheceram uma “Idade Média”¹ gloriosa e cujas dinâmicas políticas e sociais são bem conhecidas graças aos autores estrangeiros, principalmente portugueses e italianos, e à tradição oral local que, por meio da memória, conservou delas importantes recordações. Dentre os principais autores, merecem destaque o militar português António de Oliveira de Cadornega, responsável por três volumes intitulados *História Geral das Guerras Angolanas*, concluídos em 1681, mas só impressos em 1940-1941; Duarte Lopes (cristão-novo) e Filippo Pigafetta (humanista italiano), que juntos organizaram a obra *Relação do Reino do Congo e das Regiões Circunvizinhas*, e, por último, o missionário capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi de Montecuccolo (1621-1678), enviado ao Ndongo pela Sagrada Congregação da Propaganda Fide, fundada em Roma em 1622 pelo Papa Gregório XV, com o objetivo de estabelecer o controle papal sobre as missões religiosas e aperfeiçoar a evangelização e moralização dos povos africanos. Ao escrever a obra *Descrição histórica dos três reinos Congo, Angola e Matamba*, Cavazzi nos deixou um registro que constitui

uma das mais ricas fontes acerca dos contatos estabelecidos entre africanos e europeus no contexto das expansões ultramarinas, mas, sobretudo, acerca das representações criadas em torno dos povos da África nos seus mais variados aspectos.²

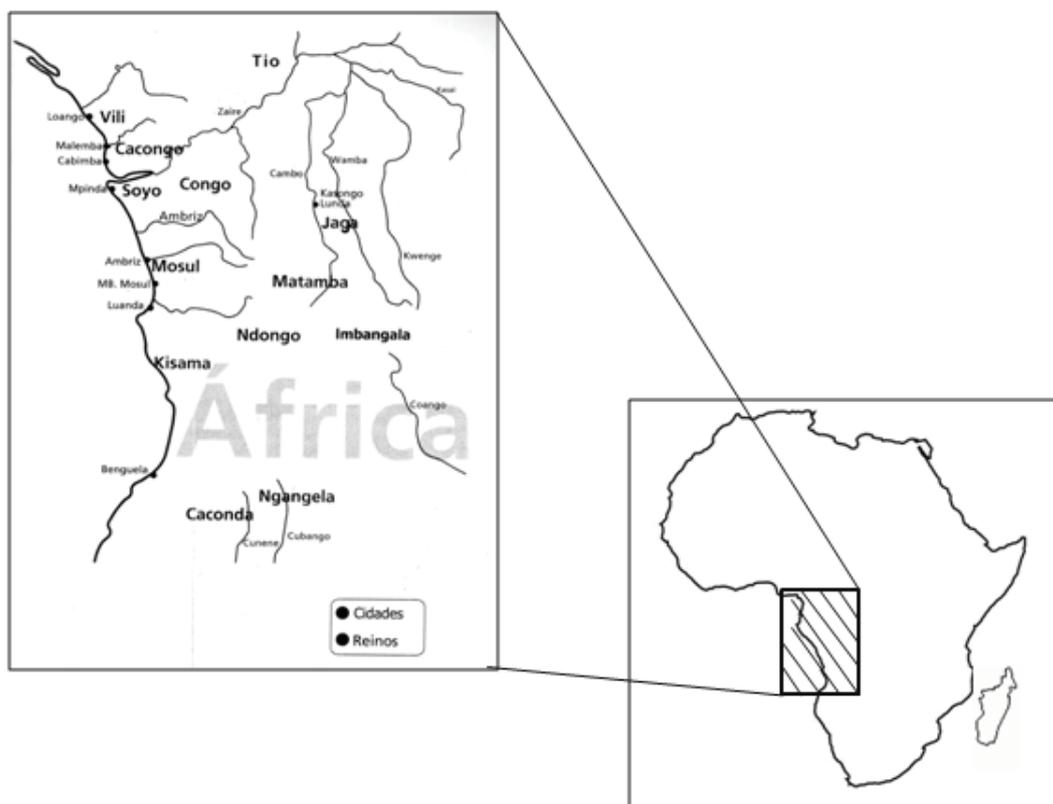
No entanto, escritas ou orais, essas fontes documentais devem ser analisadas com cuidado, pois umas refletem visões externas, muito frequentemente carregadas de estereótipos, enquanto outras são já interpretações da história.

Consideradas essas circunstâncias, para o estudo e apresentação das dinâmicas sociais que envolvem povos (Mbundu e Jagas) da África Centro-Occidental no século XVI e XVII, foram utilizadas como fontes os estudos de diversos autores de livros, dissertações, teses e artigos científicos localizados em bibliotecas e bases de dados digitais.

¹ O termo “Idade Média” refere-se à Idade Média do Ferro ou a Segunda Idade do Ferro, datada entre 1100 e 1600. Esse período ficou conhecido na África pela formação e expansão das comunidades e reinos bantu, entre eles, o reino do Kongo, Ndongo, entre outros. Adaptado de NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). *História geral da África*, IV: África do século XII ao XVI. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 660.

² MATTOS, Débora Michels. Entre Deus e o demônio: perspectivas de análise da obra de Cavazzi e da ação missionária na África à luz das expansões ultramarinas europeias. *História, imagens e narrativas*, nº 13, out. 2011, p. 2.

Figura 1: Reinos da África Centro-Ocidental



[Baseado em MELLO E SOUZA, Belo Horizonte, 2002]

As sociedades Mbundu

A formação do reino do Ndongo está relacionada à migração dos povos Mbundu, grupo étnico Bantu³, que teriam se fixado na região após um movimento migratório em busca de áreas com maiores potenciais agrícolas.⁴

Esses povos encontraram no Ndongo, um local privilegiado para o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, uma vez que a região apresentava um rico solo, irrigado

³ Conjunto de povos localizados em vasta porção do território africano, que atualmente compreende os territórios de Camarões à África do Sul e do Oceano Atlântico ao Índico, na África Central, Centro-Ocidental, Austral e em parte da África Oriental. Em sua diáspora através da África, deram origem a vários grupos etno-linguísticos, entre eles os Mbundu, falantes do kimbundu, sendo estes últimos marcantes na história de Angola, com suas várias formas dialetais, contribuindo imensamente na formação do léxico do português falado no Brasil. Os povos de Angola, Congo e Moçambique que deram escravos ao Brasil são Bantos. Adaptado de LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro, 2015, p. 20, 29.

⁴ VANSINA, Jan. *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison. Wisconsin, 1990 apud CARVALHO, Flávia Maria de. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, São Paulo, ano 4, n. 7, jul. 2011, p. 8.

naturalmente pela bacia hidrográfica do Kwanza (900 km) e os rios adjacentes⁵ (veja figura 2).

Cavazzi, religioso capuchinho, anotou que no princípio os Mbundu estiveram organizados em vários chefados autônomos, com modos de vida simples, sabendo pouco ou nada sobre o manuseio do ferro, utilizando pedra e madeira em suas atividades.⁶ Ao descrever o mito de origem da formação desse reino, o missionário fez o seguinte registro:

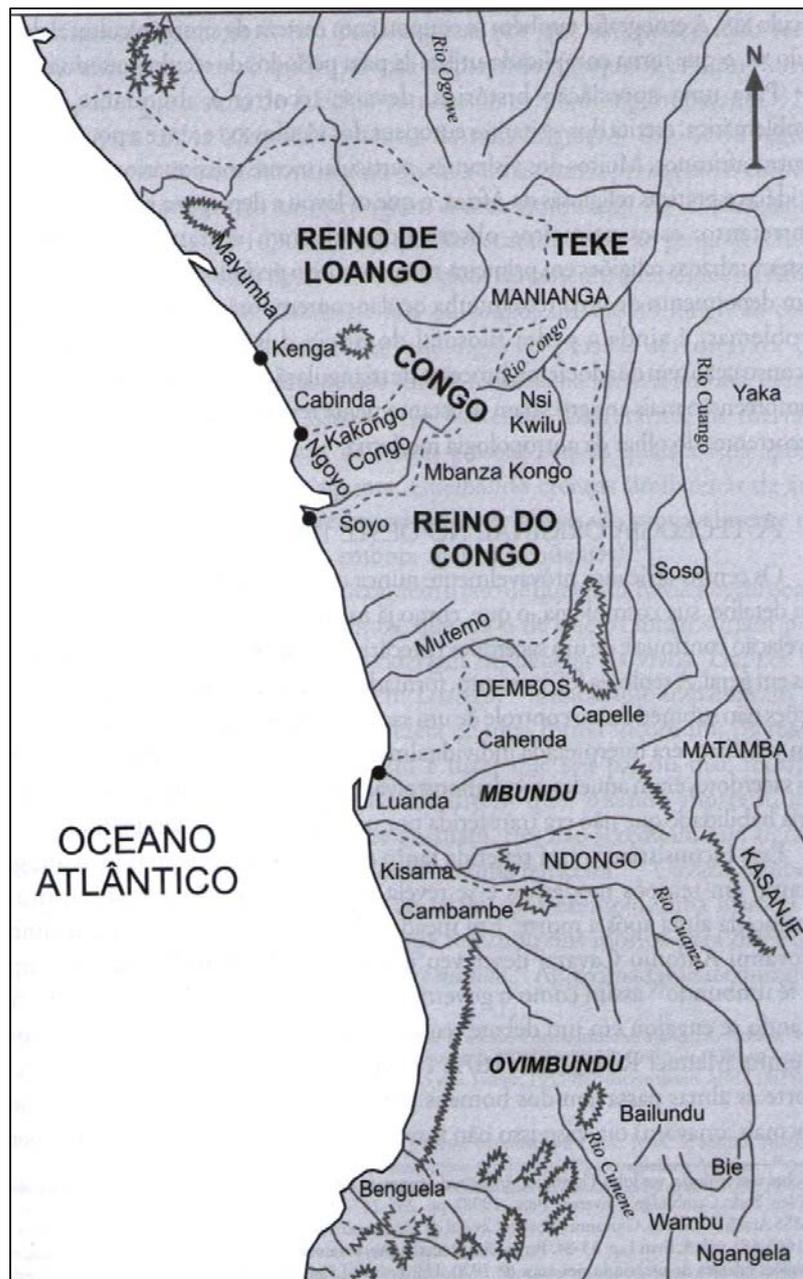
Dizem os naturais que este foi um tal Ngola-Mussuri, o que quer dizer “reisserralheiro”, a quem um ídolo tinha ensinado a arte fabril. Pode ser que este homem, mais perspicaz que os outros, achasse a maneira de preparar o ferro, para machados, machadinhas, facas, setas, coisas que ajudavam os Pretos na caça e na guerra e foram para o artista grande fonte de riqueza. Como usava delas com sagacidade e socorria a todos nas necessidades públicas, ganhou amor e o aplauso dos povos, de tal maneira que, por conhecerem nele grande capacidade e tino singular, muitos régulos o proclamaram chefe do país, que se chamava “Ndongo” ou de Angola.⁷

Figura 2- Mapa da região do Congo

⁵ Segundo Pantoja, apesar do favorável solo, a região era marcada por secas periódicas, parasitas (mosca tsé-tsé) e guerras, que destruíam a colheita e abria espaço para tempos de fome. Cf. PANTOJA, S. A. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 69,76.

⁶ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790*. Luanda: Arquivo histórico de Angola/ Ministério da Cultura, 2004 apud CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do Rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) –Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 44. 285 f.

⁷ CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965 apud FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência de Angola séc. (XVII)*. Belo Horizonte: Mazza, 2015, p. 27.



Fonte: THORNTON, John. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700. In: HEYWOOD, Linda. (Org.) *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 83.

Segundo este mito fundador, o rei ferreiro Samba Ngola Mussuri, com seus conhecimentos metalúrgicos, introduziu a técnica do ferro no Ndongo. Assim, essas sociedades passaram a cultuar a figura do ferreiro, que passou a ser considerado um intermediário entre o mundo visível e invisível (espiritual). Conforme assinalou a historiadora Mariana B. Fonseca, o rei ferreiro tornou-se um líder legítimo e autônomo, na medida em que não necessitava recorrer a ajuda de outro especialista, pois com a feitura dos instrumentos de

ferro produzidos para a agricultura e guerra, garantia a fertilidade da terra e a reprodução do povo.⁸

Até o domínio das técnicas de metalurgia do ferro, os Mbundu só possuíam insígnias estáticas, como os rios e as árvores; após a introdução desse metal, as insígnias móveis foram incorporadas à cultura das linhagens, assumindo a forma de objetos, como martelos, sinos, enxadas ou facas, possibilitando assim o deslocamento desses grupos.⁹ Ao longo do tempo, algumas linhagens teriam transformado essa insígnia de ferro numa posição política: o Ngola.

A figura do Ngola (topônimo de Angola) não era somente a principal posição política do Ndongo, mas para a população representava “o senhor do sol e da chuva”, sendo responsável pela fertilidade da terra e pelo bem-estar coletivo. Segundo Heintze, o prestígio do Ngola era tamanho, que o povo Mbundu “o venerava como um Deus”¹⁰, sendo legitimado pelos ancestrais como intermediador entre os dois mundos (vivos e mortos). Conforme assinalou a historiadora Ingrid Silva de Oliveira,

Ele [o Ngola] quase nunca era visto pelo povo, não participava das campanhas militares e tinha hábitos que marcavam a sua nobreza, como a criação de pavões (só ele tinha o direito de criá-los) e tecidos que apenas ele poderia utilizar. Nas raras ocasiões em que o povo o via, estava sempre acompanhado por um grupo de músicos e outros homens, com grande pompa.¹¹

O Ngola contava com um séquito administrativo, formado por vários funcionários reais. Os makotas tinham a função de “ministros”, e geralmente eram homens mais velhos, que o auxiliavam na tomada de decisões, tendo o direito ao voto no momento de sua sucessão. Atuavam também como conselheiros nas campanhas militares, e quando falhavam estavam sujeitos à pena de morte.¹² Dentre os principais cargos, destacam-se:

- Tandala ou Tendala: Exercia o maior poder depois do Ngola. Segundo Cadornega, em geral eram escravos que ocupavam esse cargo, para não ameaçar o poder do

⁸ FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras...*, op. cit, p. 27.

⁹ MILLER, Joseph Calder. Nzinga of Matamba in a new perspective. *The Journal of African History*. v. 6, n. 2, p. 201-216, 1975 apud FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras...*, op. cit, p. 28.

¹⁰ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007 apud OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*: 2011. 152 p. Dissertação (Mestrado em História, Estado e relações de poder). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2011, p. 21.

¹¹ OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho...*, op. cit, p. 21.

¹² *Ibidem*.

rei e evitar abuso de poder.¹³ Possuíam também a importante função de administrar o reino, no período de interregno, até a eleição do novo Ngola.¹⁴

- Ngolambole: Era o chefe do exército, encarregado de prestar contas das campanhas militares ao Ngola. Com o aumento das campanhas militares, passou a ser mais importante do que o Tandala.
- Macunzes: Espécie de embaixadores que representavam o Ngola e os sobas em questões políticas locais e estrangeiras, sendo conhecidos pelo seu apreço à cachaça, item indispensável para quem quisesse selar acordos com ele.¹⁵
- Mani-Ndongo: Sacerdotes supremos, cuja função era receber os missionários estrangeiros e acompanhar as campanhas militares.

Além desses funcionários, havia também cargos ligados às funções pessoais do Ngola, como: mwene lumbu (criado/mordomo); mwene musete (roupeiro) e mwene quizoula (chefe de cozinha).¹⁶ Os ferreiros também ocupavam posição privilegiada nessas sociedades, uma vez que eram associados ao sobrenatural e ao mito de origem.

A complexidade desse séquito administrativo do Ngola e das instituições do reino do Ndongo nos revela o quão organizadas e dinâmicas eram essas sociedades, desmontado assim a ideia eurocêntrica de uma África habitada por selvagens e de reinos limitados à barbárie.

Para além do séquito administrativo da capital (Mbanza), o poder do Ngola se estendia para outras regiões (ou sobados). Segundo Birmingham,

contrariamente ao Congo, onde, por exemplo, um mani Mbata era governador da província de Mbata, um mani Mbamba governador da província de Mbamba e assim por diante, no Ndongo não havia governadores de províncias. [...] Cada uma dessas regiões dividia-se em numerosos chefados (sobados), na sua maioria autônomos.¹⁷

¹³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas: 1639-1678*. Três volumes. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972 apud CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do Rei...*, op. cit, p. 50.

¹⁴ Após a chegada dos portugueses no Ndongo, o título Tandala também passou a designar o funcionário militar português responsável pela justiça e por prestar apoio aos sobas aliados, por vezes assumindo funções de guia e intérprete. Cf. PARREIRA, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Editora Stampa, 1990 apud CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do Rei...*, op. cit, p. 50.

¹⁵ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI...*, op. cit, p. 51.

¹⁶ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI...*, op. cit. apud CARVALHO, Flávia Maria de. *O Reino do Ndongo no Contexto...*, op. cit, p. 12.

¹⁷ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos...*, op. cit. apud CARVALHO, Flávia Maria de. *O Reino do Ndongo no Contexto...*, op. cit, p. 9.

Os sobados eram “unidades políticas” que contavam com um chefe principal (soba) e tinham certa autonomia política em relação ao Ngola, visto que se localizavam em regiões de difícil acesso, o que impossibilitava sua influência direta, fazendo assim com que o seu poder fosse mais simbólico do que concreto.¹⁸

Em virtude das dificuldades geográficas, e da autonomia política dos sobas, que assim como o Ngola possuíam uma estrutura administrativa local, fazia-se muito oportuna a política de casamentos. Era comum o Ngola ter várias mulheres que geralmente eram filhas dos sobas, e tal fator seria estratégico para o fortalecimento do título Ngola nos sobados.

Vale destacar que os limites territoriais do reino do Ndongo não eram fixos, pois se alteravam conforme o alcance da autoridade do Ngola. Segundo Fonseca, até o início do século XVII o Ngola estava num processo de expansão de seus domínios, contabilizando 736 sobados independentes que reconheciam a sua soberania.¹⁹

Sobre as responsabilidades dos sobas, destacam-se: o direito de decretar penas de morte, a obrigação de prestar apoio militar em caso de ameaças ao poder do Ngola e o pagamento de tributos.²⁰ A forma como os tributos chegavam ao Ngola era de responsabilidade do soba, pois não havia em sua corte cobradores de impostos. Geralmente, esses tributos eram pagos ao Ngola, em troca de seus poderes místicos, como fazer chover e controlar os fenômenos naturais.²¹

Assim, como os sobas eram tributários do Ngola, este estava subordinado ao mani Kongo (rei do Congo). Somente a partir do século XVI, o Ngola obteve a sua independência política com a batalha de Ndande (1556), quando o mani Kongo foi derrotado pela força de suas armas.²²

Após a independência, o poder do Ngola se tornou mais abrangente, fortalecido pelos grupos Mbundu, formados por diversas etnias, que já viviam nas imediações da bacia do rio Kwanza e formavam sociedades predominantemente agrárias, como o Ndongo.

Segundo Pantoja, as primeiras formas de organização social Mbundu foram as aldeias, onde as mulheres moravam com os seus maridos, sendo afastadas dos filhos que, quando

¹⁸ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do Rei...*, op. cit, p. 46.

¹⁹ HEYWOOD, Linda M.; THORNTON, John. *Central africans atlantic creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 apud FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras...*, op. cit, p. 31.

²⁰ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do Rei...*, op. cit, p. 49.

²¹ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI...*, op. cit. apud CARVALHO, Flávia Maria de. *O Reino do Ndongo no Contexto...*, op. cit, p. 9.

²² FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras...*, op. cit, p. 29.

crescidos, passavam a morar com os tios maternos, reforçando o regime matrilinear dessas sociedades.²³ Vale destacar que, apesar do caráter matrilinear, as posições de poder eram próprias dos homens.

Os grupos Mbundu controlavam os recursos econômicos e o acesso à terra, sendo esta última propriedade comunal. Nessas sociedades, os anciãos ocupavam a posição de chefes, sendo responsáveis por presidir os rituais que garantiam a fertilidade de homens e mulheres.²⁴

A figura da mulher na África era associada ao sexo forte. As mulheres tinham a incumbência de realizar as atividades agrícolas, como semear, colher, e preparar o solo para o plantio. Essas atividades garantiam-lhe papel de destaque socioeconômico, na medida que influenciavam diretamente na produção (agricultura) e na continuação da linhagem (reprodução).²⁵

Em virtude da sua importância, tornou-se comum em quase toda a África negra o alambamento. Por meio desse princípio, quando uma mulher se casava, o cônjuge deveria pagar um dote para a família da noiva, como forma de reconhecimento do seu dom, sendo também comum a troca de mulheres entre os grupos e a prática da poligamia, como forma de usufruir do trabalho feminino.²⁶

O missionário Cavazzi, ao observar o papel das mulheres, relatou que

as coitadas sofrem extremamente pela sua pouca robustez, pelo que, depois de poucos golpes de enxada, precisam se deitar no chão, para descansar um pouco. Porém o que lhes torna ainda mais pesado o trabalho e provoca a compaixão é o que acontece no tempo em que amamentam seus filhinhos. Tendo receio de os deixar no chão, com real perigo de serem devorados pelas feras ou pelas formigas, em vez de os levarem ao colo, como é de costume noutras nações, seguram-nos às costas com um pano, de maneira que, ao levantarem e baixarem elas o busto durante o trabalho, os coitadinhos balançam de um lado para outro, aumentando nas mães a cansaça e a pena.²⁷

A figura 3 ilustra com precisão essas circunstâncias.

²³ “A matrilinearidade está associada a comunidade original da mulher, sendo a filiação por intermédio das irmãs ou filhas dos homens da comunidade. O tio materno tem autoridade sobre os filhos das suas irmãs. Esta regra de descendência não estabelece os laços principais de parentesco entre a mãe e os seus filhos, mas entre o irmão e os filhos desta.” Cf. MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto, Afrontamento, 1977 apud PANTOJA. *Op. cit.*, p. 37.

²⁴ FONSECA. *Op. cit.*, p. 38.

²⁵ PANTOJA, S. A. *Nzinga Mbandi: Mulher...*, *op. cit.*, p. 33, 83. Toda sociedade linhageira tem um antepassado comum, do qual todos são parentes deste fundador, forjando assim uma comunidade de laços de parentesco e descendência direta entre os seus membros Cf. PANTOJA. *Op. cit.*, p. 49.

²⁶ *Ibidem*, p. 47, 81.

²⁷ CAVAZZI. *Op. cit.*, p. 38 apud OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 42.

Figura 3: Mulher africana trabalhando no campo



Fonte: CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 39 apud ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Os homens, por sua vez, tinham a função de preparar o solo para a lavoura por meio de queimadas, a construção de casas, embarcações, e ferramentas para o cultivo da terra, além da caça de animais.²⁸

A principal atividade econômica era a agricultura. Destacava-se o cultivo de: cereais, laranja, limão, batata-doce, inhame e banana, assim como o óleo de palma extraído das palmeiras, indispensável para o comércio africano.²⁹

Além do cultivo desses produtos, também criavam animais domésticos, como ovelhas, galinhas, cabras, cães, porcos e, em algumas sociedades, o gado.³⁰ A pesca era uma atividade complementar, cabendo aos homens a pesca em alto mar, e às mulheres a pesca do zimbo.³¹

O marisco zimbo era utilizado como “moeda da terra”, mas provavelmente foi sendo gradualmente suplantado pelos panos de fibra vegetal (folhas de palmeira), que passaram a exercer maior influência no comércio.³²

²⁸ CAVAZZI. *Op. cit.*, p. 38 apud PANTOJA. *Op. cit.*, p. 76.

²⁹ HEINTZE. *Op. cit.*, p. 205 apud OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 22.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ PANTOJA. *Op. cit.*, p. 77. Costa e Silva descreve o zimbo como “conchinhas espiraladas de um molusco marinho (ovancillaria nana Lamarck), cinzentas ou cor de pérola, que as mulheres recolhiam nas praias da ilha de Luanda.” Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: MINC/BN, Departamento Nacional do Livro, 2002, p. 370.

Outro produto muito valorizado na região era o sal, encontrado em abundância na província de Kisama. Segundo Heintze, “Com uma barra de sal podia adquirir-se, em 1563, três ‘capados’ e seis galinhas, com catorze ou quinze barras um boi ou um escravo.”³³

Dentre os principais produtos de caça, destacava-se o marfim, produto valioso extraído dos elefantes, que devido a sua grande procura, acabou por levar a extinção do animal naquela área.

Além das atividades econômicas, outro fator deve ser destacado: a estratificação social dos Mbundu. Essas sociedades dividiam-se entre: murinda (população livre) e kijiku (população não livre). Fonseca ressalta que, enquanto os arinda (plural de murinda) estavam organizados em sobados de caráter matrilinear, os ijiku (plural de kijiku), viviam em aldeias, fora do sistema linhageiro.³⁴

Apesar de formarem a população livre, os arinda não estavam isentos da “escravização”; ao cometerem delitos como dívidas, adultério, e principalmente bruxaria³⁵, podiam ser condenados à “escravidão” perpétua e vendidos como cativos, ao invés da pena de morte.³⁶

Os descendentes dos ijiku, além de não serem vendidos, eram assimilados ao longo das gerações à família do seu senhor. O casamento com a filha do senhor também se apresentava como uma possibilidade de integração do não livre ao núcleo familiar, podendo até mesmo assumir posições políticas nos sobados.³⁷

Ao referir-se aos ijiku, optamos pela expressão de “não livres”, visto que, assim como Fonseca,³⁸ entendemos que traduzir a palavra kijiku por escravo traz uma alteração de sentido, pois o status de “escravo” na África pré-colonial teve um tratamento diferenciado –por vezes ocupava cargos de confiança e era tratado como membro da família do senhor, ao contrário do escravizado do comércio atlântico, frequentemente mensurado nos documentos oficiais como “peças” a serem exploradas.

³² PARREIRA, Adriano. Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga (século XVII). Lisboa: Editora Estampa, 1997, p. 115 apud GONÇALVES, Rosana Andrea. *África indômita: missionários capuchinhos do reino do Congo (século XVII)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2008, p. 61.

³³ HEINTZE. *Op. cit.*, p. 200 apud OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 22.

³⁴ FONSECA. *Op. cit.*, p. 38.

³⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História geral das guerras angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1940, 3 vols, p. 30-31 apud PANTOJA. *Op. cit.*, p. 75.

³⁶ OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 22.

³⁷ FONSECA. *Op. cit.*, p. 38.

³⁸ *Ibidem*, p. 39.

Contudo, apesar de concordarmos com Fonseca, devemos considerar os estudos de João José Reis sobre “A escravidão na África pré-colonial”, no qual o autor destaca que, apesar de serem considerados membros da família do senhor, com acesso à terra e liberdade para a escolha de cônjuges, eles não deixavam a condição de propriedade do outro, sendo sujeitos a uma prisão social que os reportava ao status de escravo. Ressalta, ainda, que o status do escravo doméstico era bem diferente dos escravos de plantation existente tanto na América como na África colonial.

Os Jagas

A África Central era uma região muito heterogênea, marcada pela diversidade étnica que incluía vários povos, como os Mbundu, os Ovimbundu, os Jagas, os Libolos, entre outros. Porém, talvez nenhum povo tenha despertado tanto a atenção dos historiadores como os Jagas.

O estudo dos povos Jagas ainda divide opiniões de alguns estudiosos. A principal dificuldade encontra-se na definição do termo. Segundo Fonseca, o uso do termo “Jaga” pelos portugueses não se referia a um único grupo étnico específico, mas a diversos grupos que se associavam à guerra, ao nomadismo e à antropofagia.³⁹ Em consonância com Fonseca, Thornton alega que os Jagas representavam mais um modo de vida do que uma etnia específica.⁴⁰

As fontes do século XVI e XVII, em particular aquelas produzidas pelos portugueses e italianos, registraram o comportamento desses grupos, ressaltando desde a sua aparência aos rituais e práticas que faziam parte do seu universo. Os relatos de Lopes e Pigafetta assim os descrevem:

Eles [os Jagas] eram grandes em estatura, mas de uma proporção doentia, e viviam como bestas selvagens, e comiam carne humana. Quando lutavam demonstravam grande coragem, e usavam barulhos pavorosos para assustar os inimigos.⁴¹

³⁹ *Ibidem*, p. 41

⁴⁰ THORTON, John. *A resurrection for the Jaga*. In: Cahiers d'Études Africaines, v.18, n 69, p. 223-227. 1978 apud FONSECA, Mariana Bracks. *Rainha Nzinga Mbandi, Imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII*. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, p. 396.

⁴¹ LOPES, Duarte; PIGAFETTA, Filippo. *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*. Comentário e transcrição por Alberto Ferronha. Lisboa: Publicações Alfa Lisboa, 1989. Primeira edição: *Relatione del reame di Congo...* Roma, 1591 apud FONSECA. *Op. cit.*, p. 40.

O missionário Capuchinho Cavazzi, que esteve em Angola no século XVII, caracterizou os Jagas como

uma gente de cuja boca sai continuamente a mentira e a falsidade, sempre dada ao roubo e a qualquer crime. É um povo sempre sedento de sangue e de carnificina, ávido devorador de carne humana, feroz contra as feras, cruel para com os inimigos e até contra os próprios filhos. Numa palavra: parece animado por sentimentos tão maus que o inferno nunca vomitou fúrias e tiranos que possa servir de comparação.⁴²

Essas duas visões representam um pensamento eurocêntrico, repleto de equívocos no tratamento dado ao continente africano e às suas gentes, em que esses povos são associados a uma imagem de inferioridade e primitivismo. Vale ressaltar que essas interpretações dos povos africanos estiveram presentes durante todo o trabalho missionário no continente, visto que o propósito inicial dos contatos entre diferentes culturas é a descaracterização do outro, principalmente quando se trata de missões que precisavam reafirmar a importância da evangelização nesses territórios. Nesse sentido, é oportuno lembrar que

a evangelização cristã, fosse católica ou protestante, tinha três pontos comuns. O primeiro era empreender a conversão dos africanos não apenas ao cristianismo, mas ao conjunto de valores próprios da cultura ocidental europeia. O segundo, por sua vez, era ensinar a divisão das esferas espiritual e secular, crença absolutamente oposta à base do variado repertório cultural africano fundado na unidade entre vida e religião. Já a terceira referia-se à pregação contrária a uma série de ritos sagrados locais, o que minava a influência dos chefes tradicionais africanos.⁴³

As considerações de Hernandez esclarecem que a evangelização se caracterizava como um processo de aculturação das sociedades africanas, frequentemente descritas nos registros dos missionários como uma cultura inferior.

Macedo elucida que as fontes dos missionários desnudaram o significado ritualístico dos Jagas, pois os rituais que incluíam infanticídio, antropofagia e sacrifícios humanos não aconteciam ao acaso e tão pouco por fins alimentares, mas simbolizavam uma ligação com o sobrenatural e com os espíritos dos antepassados, denotando autoridade e poder.⁴⁴

⁴² CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica...*, op. cit., p. 175 apud MACEDO, José Rivair. *Jagas, canibalismo e “guerra preta”*: os mbangalas entre o mito europeu e as realidades sociais da África central do século XVII. *História* (São Paulo) v.32, n.1, jan/jun 2013, p. 57-58.

⁴³ HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 54.

⁴⁴ MACEDO. *Op. cit.*, p. 69-70.

Além desses relatos, há outras fontes narrativas que divergem dessa visão sobre os Jagas. O militar português Baltasar Rebelo Aragão não mencionou em seus relatos as características de canibalismo, infanticídio e sacrifícios humanos.⁴⁵

Todavia, apesar das divergências, há um consenso entre os historiadores de que os Jagas eram povos nômades, guerreiros, que viviam de saques a povoados – uma vez que não praticavam atividades agrícolas–, ora aliados aos interesses portugueses, ora inimigos, conforme lhes fosse conveniente. Muitos portugueses valeram-se dos Jagas para prear cativos no interior, porém, quando se opunham aos portugueses, os Jagas ficavam com os cativos aprisionados para si, tornando-se por vezes concorrentes dos traficantes.⁴⁶

Segundo o mito fundador dos Jagas, o chefe guerreiro Zimbo, em sua jornada pela África Central, recrutou muitos guerreiros a segui-lo. A sua filha Temba Ndumba realizou um ritual chamado “maji a samba”, cujo objetivo era a proteção e a invencibilidade dos guerreiros⁴⁷(veja figura 4). A esse respeito, retomamos, mais uma vez, os relatos de Cavazzi. Diz ele:

Na presença de todo o povo, fez trazer a sua criança e, em vez de a acariciar, lançou-a furiosamente num almofariz e, com toda a força do seu cruel instinto, começou a maltratá-la, batendo-lhe com um pau, sem dó e sem compaixão pelos seus gritos. Reduzindo a carne, o sangue e os miolos a uma massa informe, juntou mais umas raízes, uns pós e umas ervas, e pôs aquela mistura sobre o lume, até ferver e se reduzir à consistência desejada. Depois untou com esta massa todo o corpo e pôs o resto em alguns recipientes.⁴⁸

Durante este ritual, o unguento era passado no corpo dos guerreiros para que estes recebessem a energia da criança sacrificada, como fonte de poderes sobrenaturais e fechamento de corpo.⁴⁹

Conforme a tradição, após a morte de Temba Ndumba, seu marido Kulembe assumiu a chefia dos guerreiros, instituindo uma nova estrutura de iniciação guerreira: o Kilombo.⁵⁰

Segundo Munanga, o Kilombo africano era uma instituição política e militar, formada por homens submetidos a rituais de iniciação. Esses rituais tinham a função de unir e integrar os homens, uma vez que eram provenientes de diferentes etnias, o que conferia ao Kilombo o

⁴⁵ *Ibidem*, p. 63.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ FONSECA. *Op. cit.*, p. 41.

⁴⁸ CAVAZZI. *Op. cit.*, p. 178 apud OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 32.

⁴⁹ MACEDO. *Op. cit.*, p. 68.

⁵⁰ FONSECA. *Op. cit.*, p. 41.

caráter transétnico.⁵¹ Eram admitidos jovens, meninos e meninas entre 13 e 14 anos, para integrar a contingência dos Jagas. Estes os criavam como se fossem seus próprios filhos, que recebiam treinamento militar e aprendiam a manusear armas, como machadinhas, lanças e escudos.⁵²

Figura 4- Temba Ndumba prepara o maji a samba



Fonte: CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 178 apud OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. Dissertação (Mestrado em História, Estado e relações de poder) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011. 152 f. p. 32.

Por se tratar de uma instituição centralizada no poder de um chefe guerreiro, não se admitia o nascimento de crianças dentro do Kilombo; as mulheres tinham que parir fora, como forma de evitar laços de parentesco e de linhagem entre os seus membros, princípio básico dos Kilombos, ao mesmo tempo em que se forja uma identidade coletiva e obediência exclusiva ao chefe.

Essas crianças que nasciam fora do kilombo eram integradas num ritual que foi descrito minuciosamente por Cavazzi. O missionário anotou que o dia da cerimônia era amplamente festejado, o chefe do Kilombo junto a sua Tembanza “senhora da casa”

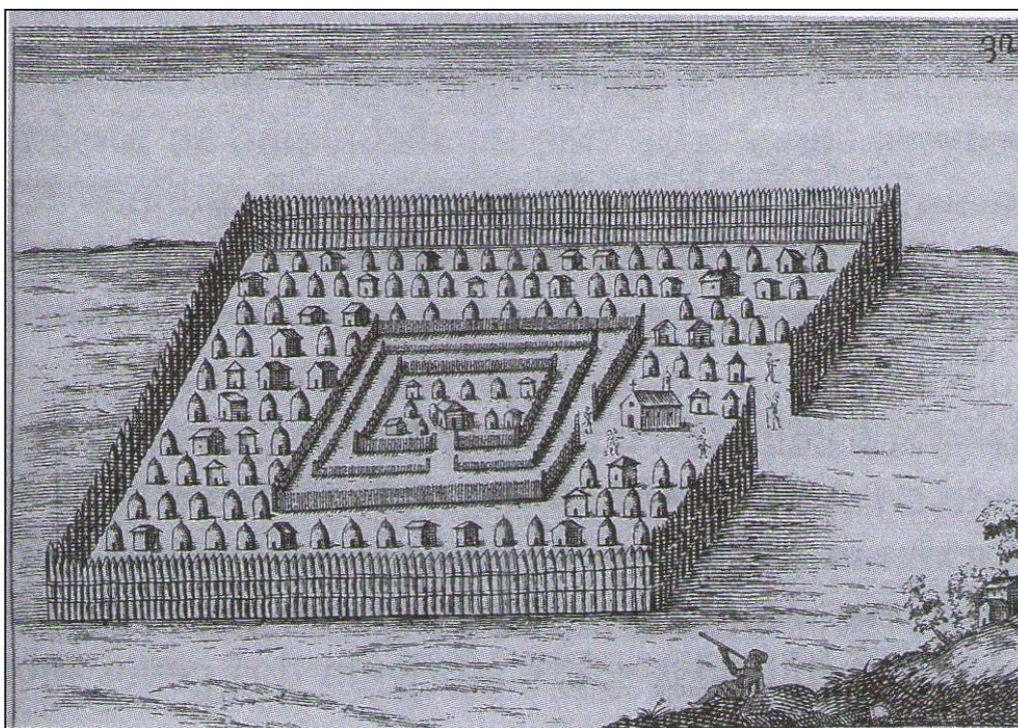
⁵¹ MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, dez/fev. 95/96, p. 63.

⁵² FONSECA. *Op. cit.*, p. 398.

sentavam-se ao lado de cofres que continham os ossos dos antepassados, enquanto assistiam as representações de batalhas e danças. Em seguida, as mães saíam do mato e avisavam aos pais a localização dos filhos, que quando encontrados eram tocados pela ponta da lança, e através deste gesto rompia-se os laços de parentesco, pois o filho tornava-se um prisioneiro de guerra, o que permitia na noite seguinte a sua integração ao Kilombo.⁵³

Em relação à estrutura do kilombo africano, este era formado por numerosas paliçadas que se deslocavam conforme as necessidades de guerra e também impediam que se chegasse até o centro, onde se encontrava o chefe, estratégia para que este ficasse inacessível e constantemente vigiado⁵⁴ (veja figura 5).

Figura 5- Representação de um Kilombo



Fonte: CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 182 apud FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência de Angola séc. (XVII)*. Belo Horizonte: Mazza, 2015, p. 43.

A função dessa instituição tornou-se tão importante como instrumento de resistência, que atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil. No século XVII, a formação dos quilombos brasileiros, com destaque para Palmares, representou a tentativa de africanos escravizados das

⁵³ SERRANO, CARLOS M. H. Ginga, a rainha quilombola de Matamba e Angola. *Revista África (USP)*, São Paulo, n. 28, 1995-6, p. 140-141.

⁵⁴ FONSECA. *Op. cit.*, p. 397; FONSECA. *Op. cit.*, p. 43.

mais diversas etnias de forjar no Novo Mundo uma identidade comum, que fosse capaz de restabelecer o sentimento de comunidade, rompido quando foram arrancados dos seus locais de origem.

Considerações finais

Com esta pesquisa buscamos desmontar a ideia eurocêntrica de uma África limitada a barbárie e selvageria, na medida em que apresentamos a complexidade das estruturas de organização do reino do Ndongo. Assim, reafirmamos a história do continente africano e a historicidade do seu povo, destacando a importância de valorizar a história da África Centro-Ocidental antes da chegada dos portugueses.

Além disso, os estudos sobre a história e cultura africana são demasiado importantes para compreendermos a atual situação dos países do continente africano, que, apesar de sua abundante riqueza e diversidade cultural, em sua maioria são vistos de maneira depreciativa, predominando a imagem de países selvagens, castigados pela miséria e doenças. Vale reforçar que, mesmo com a ausência de registros históricos produzidos sob a ótica africana, os escritos dos europeus, quando despidos de sua visão eurocêntrica, podem nos fornecer informações preciosas sobre as diferentes etnias e suas características socioculturais em Angola. A África é um continente profuso de povos com diferentes aspectos de desenvolvimento econômico, social e cultural, e consideramos fulcral o estudo dessas sociedades para que sejam compreendidas e respeitadas.

Referências

Livros

ALENCASTRO, Luis Filipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência de Angola séc. (XVII)*. Belo Horizonte: Mazza, 2015.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HEYWOOD, Linda. (Org.) *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro, 2015.

NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. rev. Brasília: Unesco.

PANTOJA, S. A. *Nzinga Mbandi: Mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista; história da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Teses e Dissertações

CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do Rei em Angola: Sobas, governadores e capitães-mores, séculos XVII e XVIII*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) —Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. 285 f.

GONÇALVES, Rosana Andrea. *África indômita: missionários capuchinhos do reino do Congo (século XVII)*. Dissertação (Mestrado em História Social) —Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2008.154 f.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. Dissertação (Mestrado em História, Estado e relações de poder) —Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.152 f.

Artigos

CARVALHO, Flávia Maria de. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 7-28, jul. 2011.

FONSECA, Mariana Bracks. *Rainha Nzinga Mbandi, Imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII*. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010.

MACEDO, José Rivair. *Jagas, canibalismo e “guerra preta”: os mbangalas entre o mito europeu e as realidades sociais da África central do século XVII*. História (São Paulo) v.32, n.1, p.53-78, jan/jun 2013.

MATTOS, Débora Michels. Entre Deus e o demônio: perspectivas de análise de obra de Cavazzi e da ação missionária na África à luz das expansões ultramarinas europeias. *História, imagens e narrativas*, nº 13, out. 2011,

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, dez/fev. 95/96, p. 136-141.

REIS, João José. “Notas sobre a escravidão na África pré-colonial” in:*Estudos Afro-Asiáticos*, Nº 14, setembro de 1987, pp. 5-21.

SERRANO, CARLOS M. H. Ginga, a rainha quilombola de Matamba e Angola. *Revista África (USP)*, São Paulo, n. 28, 1995-6.